

# TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA ESCOLA: RESSONÂNCIAS DO USO DO NOME SOCIAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE

Cláudio Eduardo Resende Alves <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo representa parte da pesquisa de doutorado em realização no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas. Ele propõe uma reflexão sobre os mecanismos de produção de subjetividades sobre as masculinidades e as feminilidades no cotidiano de escolas municipais de Belo Horizonte, em interface com a Resolução CME/BH N° 002/2008 do Conselho Municipal de Educação que legitima o uso do nome social para estudantes travestis ou transexuais nos registros internos da escola. A partir dessa intervenção social no campo escolar, quais são as ressonâncias nas práticas de socialização, nos processos de constituição de sujeitos e de identidades e nos modos de existir da instituição Escola? A transfobia na escola produz sofrimento e estigmatização que afetam as relações sociais e pedagógicas, sendo fatores de marginalização e exclusão de indivíduos e grupos, colocando em risco o direito à educação, além de comprometer as possibilidades de construção da cidadania. A experiência escolar desempenha papel fundamental nos processos em que concepções de gênero são socialmente construídas, interiorizadas, reforçadas e transformadas.

**Palavras-chave:** Nome social. Travestis. Transexuais. Escola. Gênero.

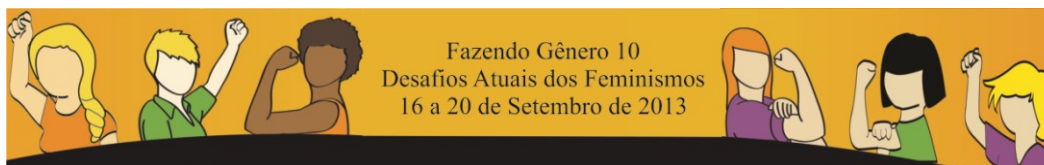
## 1. Introdução: políticas públicas e diversidade sexual

Desde a década de 1980, a luta pelos direitos humanos de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) tem se fortalecido no Brasil e no mundo. A implementação de ações com vistas à promoção da equidade de gênero, ao respeito à identidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento de práticas sexistas e homofóbicas encontra respaldo nas propostas de ações governamentais brasileiras presentes nos seguintes documentos: 1. Programa Brasil sem Homofobia (2004) 2. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005); 3. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007); e 4. Programa Nacional de Direitos Humanos (2009). Todas estas políticas resultam do processo de transformação da sociedade marcado inicialmente pela promulgação da Constituição Federal de 1988 e efetivado a partir da permanente luta política dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista e o movimento LGBT.

No Estado Minas Gerais, o ambiente político, no ano de 2008, foi demarcado por importantes eventos no campo dos direitos humanos, como o 1º Fórum Municipal GLBT e a 1ª Conferência Estadual GLBT. Tais eventos inauguraram, regionalmente, os debates sobre políticas públicas para esse segmento da população, culminando na 1ª Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília no mesmo ano e que teve como tema: “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o

---

<sup>1</sup>Doutorando do Programa de Pós- Graduação em Psicologia da PUC Minas, Belo Horizonte, Brasil.

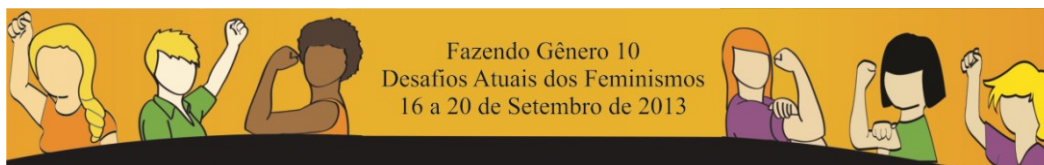


caminho para garantir a cidadania GLBT” (Vale destacar que a opção pelo uso da sigla LGBT, ao invés de GLBT, se configurou a partir da Conferência Nacional como estratégia de reivindicação política e de visibilidade dos grupos representantes do movimento social lésbico). Ainda no contexto nacional, a Conferência Nacional de Educação, realizada em 2010, incluiu temáticas relativas à promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas ações e projetos na área de saúde e educação.

Nesse cenário pró-diversidade sexual, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte por intermédio Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, desde 2004, elabora, desenvolve e monitora ações que visam a promoção dos direitos humanos, inclusão e permanência dos seguimentos LGBT nas escolas municipais. Destacam-se seminários, fóruns de debate, oficinas de formação para educadores, diretores, gestores e conselheiros municipais, debates nas escolas, produção de material didático pedagógico, sessões de cinema comentado, além de projetos em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal Adjunta de Direitos e Cidadania. Nesse sentido, a intersetorialidade se configura como uma importante estratégia de suporte para as políticas públicas, tendo em vista a constatação da baixa efetividade de ações isoladas nos campos da educação e da saúde.

O processo de invisibilização a que estão submetidos a população LGBT no ambiente escolar se estende ao currículo, ao livro didático e às discussões sobre direitos humanos na escola. “Como alguém que não pode existir, nem ser visto, ouvido, reconhecido, respeitado e tampouco amado pode ser odiado?” (Junqueira, 2009, p.30). Diante do anseio de construir uma sociedade mais justa do ponto de vista ético e humanista, livre de preconceito e discriminação, é fundamental identificar e enfrentar as dificuldades existentes para promover os direitos humanos, em especial, problematizar, desestabilizar e subverter o sexismo e a homofobia. No campo da educação, o 16º Princípio de Yogyakarta (2006) prevê a tomada de medidas legislativas e administrativas no intuito de assegurar o acesso igual à educação e tratamento igual no sistema educacional, sem discriminação por meio de orientação sexual ou identidade de gênero.

No espaço escolar, os modelos sociais de exclusão são reiterados por meio de ações de violência ou descaso, prejudicando os processos de socialização. Práticas que legitimem as identidades de gênero na educação assumem uma estratégia fundamental de democratização do acesso público e do reconhecimento social. Portanto, cabe à escola e à educação pública instalar práticas e políticas de inclusão social, de democratização e de fortalecimento dos direitos humanos como está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).



## 2. Uso do nome social: fissuras e ressonâncias na escola

A diversidade existente nos espaços de convivência escolar demanda de seus profissionais uma atitude não discriminatória promotora de ambientes sociais onde haja respeito às diferenças e o reconhecimento que todos têm os mesmos direitos e deveres como cidadãos (BELO HORIZONTE, 2008, p.2).

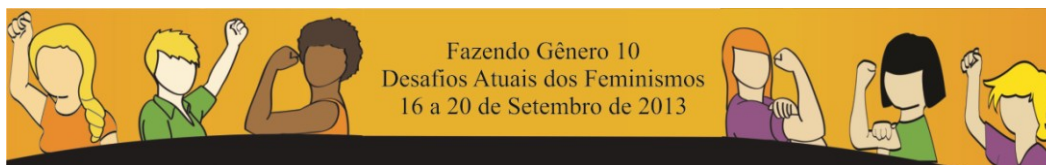
A Resolução CME/BH N° 002/08 do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte legitima o uso do nome social de travestis e transexuais nos documentos internos escolares. Ela se configura como uma intervenção social no ambiente escolar, uma vez que é uma política pública municipal que visa a garantia do direito ao acesso a escola, à permanência e a uma educação de qualidade para todos, independente da identidade de gênero e da orientação sexual. Os processos de constituição dos sujeitos e dos corpos são, portanto, repensados e reconfigurados a partir dessa nova gestão social e política que amplia e diversifica as regras de convivência tradicionalmente instituídas na escola. O caráter democrático, a priori, da Resolução que legitima a presença de estudantes travestis e transexuais na escola é uma possibilidade de aprendizagem acerca da contingência do sistema sexo/gênero no campo dos direitos humanos. A apropriação dos saberes na escola é atravessada pelo enigma da travestilidade e da transexualidade refletindo, pois, no saber social incorporado.

O Parecer CME/BH N° 052/08 que sustenta teoricamente a Resolução foi elaborado por um comitê composto por representantes do movimento social municipal e estadual, da academia (através do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais) e do poder público municipal. O esforço coletivo da comunidade belo-horizontina foi fundamental na articulação dos poderes públicos e da sociedade civil em prol da implementação de ações de inclusão social.

Sobre o texto que compõe a Resolução, é mister problematizar e destacar dois aspectos: 1. A superficialidade e fragilidade do conceito apresentado de nome social; e, 2. A ausência significativa do entendimento que a equipe do Conselho Municipal de Educação tem dos termos travestis e transexuais. Segundo o parágrafo 1° da Resolução, por nome social, entende-se

(...) nome pelo qual travestis e transexuais femininos ou masculinos preferem ser chamados (...) o nome civil deve acompanhar o nome social em todos os registros e documentos escolares internos, excluindo o nome social de declarações, do histórico escolar, dos certificados e dos diplomas (BELO HORIZONTE, 2008, p.1).

O conceito, reiterado por outros documentos de diferentes estados e municípios brasileiros, não abarca as possíveis dimensões psicológicas do nome social. Qual seria a genealogia por detrás da escolha do nome social? O que o nome social diz das narrativas de gênero e de sexo vivenciadas

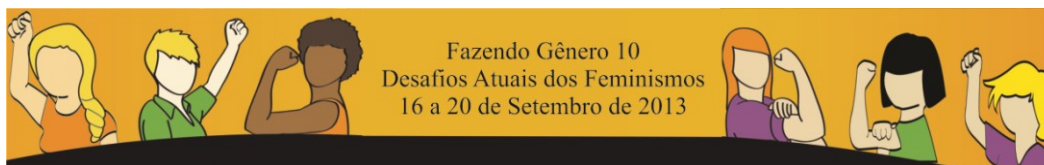


e percebidas pelos sujeitos?

Estranhamente, definições do que se entende por travesti e transexual não aparecem na Resolução. Como decidir sobre uma política pública interventiva se não se define os sujeitos a quem essa política se destina? Consultada, a Secretaria Municipal de Educação orienta suas ações e pesquisas a partir de uma adaptação do conceito de Peres (2009), para o qual, travestis são pessoas que se identificam com a imagem e o estilo do sexo oposto ao seu, apropriando-se de indumentárias e adereços de estética, podendo realizar mudanças em seus corpos como, por exemplo, a ingestão de hormônios, aplicação de silicone e uso de próteses de correção estética. Já por transexuais, entende-se como pessoas que apresentam uma incompatibilidade em relação ao seu sexo anatômico e desejam fazer uma transição de seu sexo de nascimento para o sexo oposto, por meio da cirurgia de redesignação sexual. A demanda de cirurgia de redesignação sexual não é encontrada nas reivindicações emancipatórias de travestis.

Estudantes travestis ou transexuais, maiores de 18 anos, que queiram fazer uso do nome social nas escolas municipais de Belo Horizonte devem procurar pessoalmente a direção da escola e registrar a requisição em formulário próprio. No caso de estudantes menores de 18 anos de idade, os responsáveis devem fazer essa demanda. Além disso, orienta-se também que o coordenador pedagógico da escola seja informado pelo requerente a fim de garantir as devidas orientações ao corpo docente. Entretanto, nem sempre as escolas monitoram o cumprimento da Resolução. Algumas estudantes travestis já reclamaram de educadores que, no momento da chamada oral na sala, não fazem a leitura do nome social (escrito entre parênteses ao lado do nome civil no diário de classe), fazendo uso apenas do nome civil. As escolas alegam que esses educadores são novatos na Rede Municipal e, portanto, não conhecem a legislação, nem as normas de funcionamento do cotidiano escolar.

Outro desdobramento significativo da presença oficial de estudantes travestis e transexuais nas escolas é a controversa utilização do banheiro. As escolas enfrentam dificuldades na definição de qual banheiro deve ser usado. A principal queixa dos diretores ou coordenadores pedagógicos é a discordância existente entre o corpo docente, o corpo discente e os funcionários da escola. Houve um episódio envolvendo um guarda municipal, responsável pela segurança da escola, que discordou do uso do banheiro feminino por uma estudante travesti da escola e registrou uma queixa formal junto à Secretaria Municipal de Educação. Como a Resolução não prevê nenhuma orientação sobre o uso dos banheiros, cabe a cada escola elaborar a melhor estratégia de ação, de acordo com sua realidade e sua comunidade escolar.



A Resolução, tomada como intervenção social na escola, revela a dificuldade de produção de espaços sociais distintos daqueles postos pela lógica binária. A delimitação polarizada dos banheiros, identificados pelos símbolos de masculino e de feminino, reafirma uma estrutura hierárquica compulsória que não permite linhas de fuga, nem formas de subversão da ordem estabelecida. Uma demanda fisiológica se converte assim numa demanda psicológica.

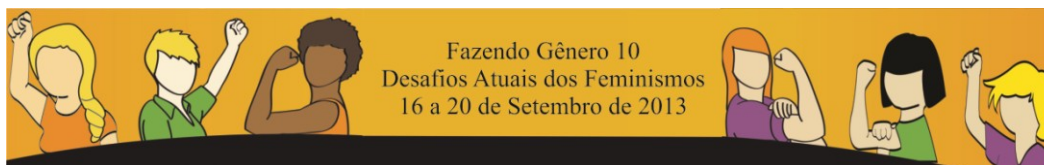
Entre 2009 e 2011, a maioria de estudantes travestis e transexuais na Rede Municipal se concentravam nas regiões sudoeste e norte da cidade, frequentando aulas no turno da noite, tanto na Educação de Jovens e Adultos (EJA), quanto no Programa Projovem Urbano do Governo Federal. Porém, nesse período, foi não realizado nenhum levantamento sobre o quantitativo de estudantes travestis e transexuais que integravam o corpo discente da Rede Municipal de Educação.

Apenas em 2012, foi realizado um mapeamento estudantil na Rede, revelando o quantitativo de cinco (5) escolas com estudantes travestis e transexuais em um universo de cento e oitenta e três (183) escolas municipais com a modalidade EJA (Figura 1). Um número significativamente pequeno, no qual se agrega um alto índice de evasão, refletindo, pois, a necessidade de outras intervenções sociais na escola no campo das sexualidades.

**FIGURA 1: Mapeamento do nº de estudantes travestis e transexuais que utilizam o nome social na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte no ano de 2012**

REGIONAL	Nº DE ESTUDANTES TRAVESTIS OU TRANSEXUAIS	ESCOLA MUNICIPAL	MODALIDADE DE ENSINO
BARREIRO	0	0	0
CENTRO-SUL	1	E. M. Vila Fazendinha(1)	EJA
LESTE	0	0	0
NORDESTE	0	0	0
NORTE	0	0	0
NOROESTE	3	E. M. Honorina Barros (2) E. M. Padre Edeimar Massote (3)	EJA
OESTE	1	E. M. Francisca de Paula(4)	EJA
PAMPULHA	7	E. M. Prof. Amílcar Martins(5)	EJA
VENDA NOVA	0	0	0
<b>TOTAL : 12 ESTUDANTES</b>			

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação/2012

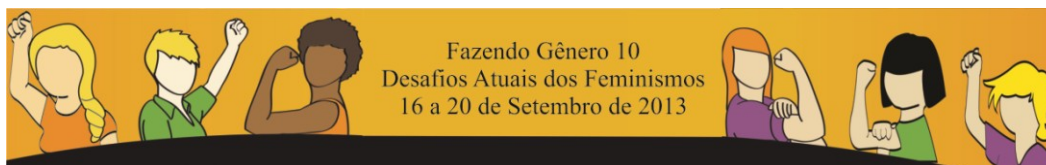


A turma da EJA, pertencente à Regional Pampulha, que concentrava o maior um número de estudantes, sete (7) no total, possuía uma característica peculiar, pois funcionava em um espaço fora do prédio da escola, qual seja, a Organização Não Governamental *Árvore que dá Fruto*, situada numa região da cidade demarcada pela presença de vários pontos de prostituição, além de diversos motéis. A turma se formou a partir de uma iniciativa da própria Regional que organizou, articulou e divulgou entre a comunidade local. Apenas um educador lecionava, sendo responsável pelos processos de alfabetização e letramento. Toda a formalização de documentos como registros, matrícula, controle de frequência e resultados eram de responsabilidade da escola de vínculo, no caso, a Escola Municipal Professor Amílcar Martins. A experiência, pioneira na Rede Municipal, não apresentou o resultado esperado, uma vez que a frequência oscilava bastante, resultando no fechamento da turma antes do final do ano letivo. A partir dessa situação, pode-se inferir que a criação de uma turma específica nem sempre é a melhor estratégia educacional na perspectiva da inclusão social. Uma turma isolada pode provocar um efeito contrário à inclusão da população LGBT, uma vez que seus sujeitos ficam segregados dos processos de socialização com os demais estudantes e, portanto, alijados da vivência do cotidiano escolar.

### **3. Subjetividades Trans: figuras de desordem e embaralhamentos**

A problematização da distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre os corpos sexuais e os gêneros culturalmente instituídos. De acordo com Butler (2003), gênero é uma complexidade permanentemente em mudança, de onde se derivam as identidades alternativamente instituídas e abandonadas segundo as propostas e as regras do jogo em questão. Essa fluidez identitária provoca o desconforto da ambiguidade e do entre lugares dos corpos em construção. Nesse sentido, travestis e transexuais subvertem a distinção entre os espaços psíquicos, interno e externo, ao problematizar as categorias fundacionais de identidade: sexo, gênero e desejo.

A travestilidade e a transexualidade são elementos propiciadores de relações de opressão e de inferiorização dos direitos sociais, uma vez que a visibilidade e a materialidade desses sujeitos evidenciam, mais que outros, “o caráter fluído e instável das identidades sexuais” (Louro, 2000, p.31). Os corpos artificialmente construídos sugerem, concreta e simbolicamente, as possibilidades de proliferação e multiplicação das identidades de gênero e das sexualidades, enfatiza Bento (2006). Os processos de estigmatização que travestis e transexuais sofrem são decorrentes do rompimento com os modelos previamente dados pela normatização, ficando com isso, marcados negativamente e desprovidos de direitos a ter direitos, o chamado “corpo abjeto” (Butler, 2003, p.191). O corpo é

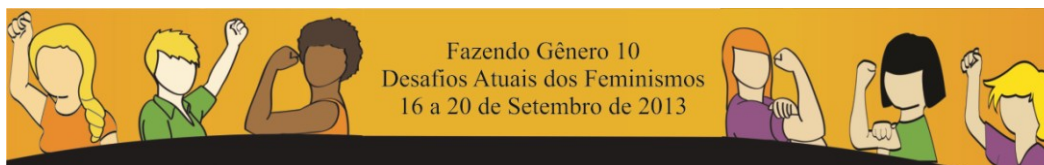


modelado por marcadores sexuais que, socialmente e politicamente, o delimitam e o delineiam entre as categorias de sexo verdadeiro, de gênero distinto e de sexualidade específica.

Na discussão sobre corporeidade, sexualidade e poder, Foucault (1988) concebeu o corpo como o lugar de todas as interdições, onde todas as regras sociais tendem a construir esse corpo pelo aspecto de múltiplas determinações. As disciplinas do corpo e as regulações da população, características do século XIX, constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. Os corpos foram vistos ao longo da história ora como máquinas, como um corpo disciplinado e adestrado, com suas aptidões ampliadas e suas forças extorquidas para se tornarem produtivos; ora como corpos espécies, por serem transpassados pela mecânica do ser vivo sendo suporte dos processos biológicos: nascimento, longevidade, nível de saúde e mortalidade. Cada sociedade tem seu regime de verdades, tipos de discurso que escolhe e os que fazem funcionar como verdadeiros. São criadas regras de comportamentos e ações, o que é ou não permitido. O poder produz saber, sendo assim, é possível construir um saber sobre o corpo mediante a análise de instrumentos de controle e poder.

Da confluência da estigmatização com a produção das relações de poder surgem as desigualdades sociais. Sendo todas as relações estabelecidas relações de poder, elas trazem em seu bojo um contra poder, isto é, uma resistência. Este modo de análise do poder e das resistências pode ser tomado como ferramenta para problematizar a estigmatização vivida pela população de travestis e transexuais no ambiente social e como essas pessoas constroem estratégias de sobrevivência na defesa de seus direitos e na construção da cidadania.

Mesmo antes de nascer, o ser humano se encontra preso em uma rede de saber-poder que determina os modelos existenciais, marcados por modos capitalistas, religiosos e heteronormativos, na perspectiva binarista de premiação dos normatizados e castigo dos diferentes. São os processos de subjetivação, ou seja, “(...) as maneiras com que as pessoas são colocadas à disposição do campo social, os modos de existir no mundo” (Guattari & Rolnik *apud* Peres, 2009, p. 237). Os processos de subjetivação se dão em modos de normatização, aqueles responsáveis pela manutenção da ordem estabelecida e da moral vigente, e modos de singularização, que se mostram como contra poderes ou resistências. Sendo assim, de acordo com o modo de subjetivação operante, as pessoas serão mais normatizantes ou mais resistentes aos processos de normatização. Se os processos de subjetividade se constituem tanto no sujeito individual, como nos diferentes espaços sociais em que este vive (Rey, 2010), a intervenção no ambiente escolar pode promover a (re)construção das identidades num processo dinâmico e contínuo, constantemente interpelado por práticas sociais e



curriculares.

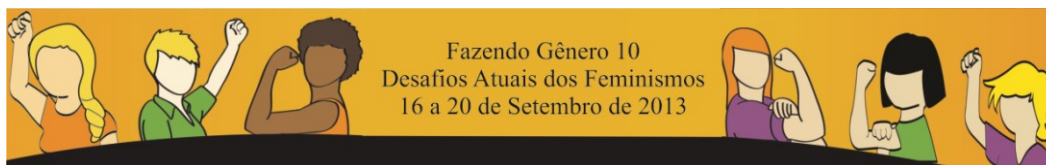
A homofobia deve ser encarada como prática social, cultural e econômica, para além do contexto individual e, sendo assim, pode ela se configurar com uma forma de “policimento da sexualidade” (Borrillo, 2000, p.90) ao coibir qualquer comportamento que ultrapasse as fronteiras dos sexos. A norma dita “andro-heterocentrada” (Wezer-Lang, 2004, p. 113) enrijece as fronteiras entre os gêneros e cria modelos políticos de gestão dos corpos e dos desejos. A problemática das relações sociais entre os sexos reifica e (re)naturaliza o gênero reforçando o binarismo e a hierarquização de um, masculino, sobre o outro, feminino. O heterossexismo, aqui entendido como a promoção da superioridade da heterossexualidade e da subordinação da homossexualidade, normatiza o que deve ser a sexualidade masculina e o que deve ser o verdadeiro homem, o homem normal. O homossexual é simbolicamente semelhante às mulheres, pois não tem garantida a virilidade heterossexual, sendo este um atributo chave da masculinidade.

A teoria *queer* oferece outras chaves de leitura e de interpretação para o fenômeno da homofobia. Segundo Louro (2004) e Machado & Prado (2008), a análise *queer* propõe outras formas de pensar e vivenciar a diversidade sexual, desafiando as normas reguladoras da sociedade. A crítica radical da teoria *queer* questiona a origem biológica da diferença sexual, repensando a posição do sujeito moderno como um todo, buscando por meio da articulação discursiva escapar da reapropriação de seu discurso pelo sistema capitalista de produção. Nessa perspectiva, as figuras da travestilidade e da transexualidade podem ser vistas como figuras de desordem, embaralhamentos momentâneos ou contínuos de identidades sexuadas ao demonstrar a ineficácia dos sistemas de classificação e taxonomia no campo da sexualidade.

#### **4. Considerações finais: para além de um nome**

Além do universo educacional, a legitimação do uso do nome social está presente também em outras políticas públicas do país, como a decisão do Ministério da Saúde que legaliza o nome social impresso no Cartão Nacional de Saúde, a partir do ano de 2013. Uma ação que visa o combate à violência transfóbica e o reconhecimento da saúde como espaço de cidadania destinado a todos, independentemente dos marcadores sociais de classe, raça-etnia, orientação sexual, posição de gênero, pertencimento geracional, entre outros. As políticas públicas de inclusão social da população LGBT nas áreas da educação e da saúde brasileira podem ser ampliadas para outras áreas como, por exemplo, o mercado de trabalho e geração de renda, um campo restrito e claustrofóbico para a população de travestis e transexuais.





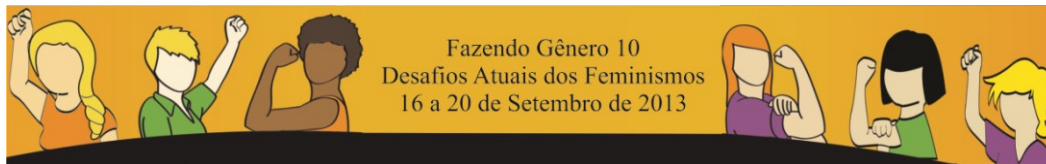
Existem singularidades no universo de travestis e transexuais próprias de seu estilo de vida que se refletem no jeito de estar no mundo. Esses modos existenciais, que denotam toda a organização de suas subjetividades, são produzidos através das relações que o sujeito estabelece com a família, com a comunidade, com a escola, com o trabalho, com as amigas e nas relações amorosas, afetivas e sexuais. Trata-se de um universo específico de linguagens, posturas, regras de aceitabilidade e de transformação corporal. Segundo Peres (2009), o convívio do masculino e do feminino no mesmo corpo nos leva a questionar a respeito das classificações de gênero tradicionais que dicotomizam e polarizam comportamentos, posturas e concepções. Perante esse cenário de oposições binárias entre a heterossexualidade e a homossexualidade, entre o normal e o patológico que enfraquecem a vida e fazem dela uma normatização opaca e cristalizada, uma possível saída talvez esteja a flexibilização dos saberes e dos poderes de modo a dirigir nossa atenção para o diferente, o efêmero, o infame e a produzir mais inclusão e solidariedade.

Contra a chamada “pedagogia do insulto” (Sullivan, 1996, p.15), um importante mecanismo de silenciamento e de dominação simbólica, não existe fórmula, nem um único modelo de enfrentamento na educação, na saúde ou nas demais áreas. Talvez apenas a “lucidez profissional” (Perrenoud, 2007, p.149) como forma de competência básica, pode reafirmar o interdito das violências.

Por fim, é importante refletir sobre o efeito de desconstrução e problematização da ordem heteronormativa que a presença de estudantes travestis e transexuais propicia na Instituição Escola. O nome social tem algo a dizer de suas experiências identitárias e de gênero, logo a consideração dele nos registros escolares contribui na socialização dos mesmos no ambiente escolar. Entretanto, o poder público municipal também precisa investir em ações paralelas como divulgação das políticas, dos programas e dos equipamentos públicos de apoio e de direitos da população LGBT, ampliação da discussão do currículo escolar incluindo a diversidade sexual e monitoramento constante das práticas pedagógicas. Tais ações visam garantir a participação dessa população nos processos de subjetivação, socialização e aprendizagem presentes na escola, além de efetivar o direito ao acesso, à permanência e continuidade da escolarização, por meio de condições equitativas de aprendizagem, na perspectiva da universalização da Educação Básica.

## Referências

BELO HORIZONTE. Resolução CME/BH N° 002/08. Secretaria Municipal de Educação. Inclusão do Nome Social de Travestis e Transexuais nos registros escolares das escolas da Rede Municipal



de Educação. Aprovado em 19.08 2008.

BENTO, Berenice. A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. São Paulo: Espaço e Tempo, 2006.

BORRILO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual Brasília: SEF/MEC, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Ensino Fundamental. LDBEN: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Combate à Discriminação Programa Brasil sem Homofobia. Brasília: 2004.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O Corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia na escola: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R.D. (org.). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

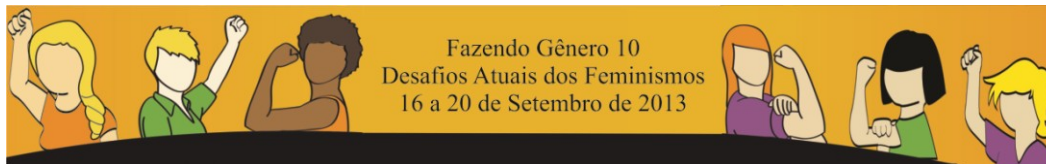
\_\_\_\_\_. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PERES, Willian Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais e transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R.D. (org.). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, 2009.

PERRENOUD, Philippe. 10 novas competências para ensinar. São Paulo: Artmed, 2007.

PRADO, M. A. M. e MACHADO, F. V. Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: <http://www.yogyarkartaprinciples.org/>. Acesso em: 12.09.12.



SULLIVAN, Andrew. *Praticamente normal: uma discussão sobre o homossexualismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WELZER-LANG, Daniel. *Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo*. In: SCHPUN, Mônica Raisa (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004

**Transvestites and transexuals in the school: resonances of the use of the social name in the municipal educational system of Belo Horizonte**

**Abstract:** This article stands for part of a doctorate graduate program research in Psychology at PUC-MINAS. It proposes a reflection over the mechanisms of subjectivity production on the masculinity and femininity in municipal schools routines in Belo Horizonte in interface with the Resolução CME/BH N° 002/2008 from the Education Municipal Counsel that legitimates the use of the social name to students, transvestites or transexuals, in the school official records. From this social intervention in the school field, what are the resonances in the socializing practices, in the subject and identity constitution processes and in the ways of being of the School institution? Transphobia at school produces suffering and stigmatization which affects the pedagogical and social relations, being a factor of marginalization and exclusion of individuals and groups, jeopardizing education rights and compromising the construction of citizenship. The school experience performs a fundamental role in the processes in which the gender conceptions are socially built, internalized, reinforced and transformed.

**Keywords:** Social name. Transvestites. Transexuals. School. Gender.